

Sustentabilidade Social e Contemporânea

**Solange Aparecida de Souza Monteiro
(Organizadora)**



Atena
Editora

Ano 2019

Solange Aparecida de Souza Monteiro
(Organizadora)

Sustentabilidade Social e Contemporânea

Atena Editora
2019

2019 by Atena Editora

Copyright © da Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação e Edição de Arte: Geraldo Alves e Natália Sandrini

Revisão: Os autores

Conselho Editorial

- Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Profª Drª Deusilene Souza Vieira Dall’Acqua – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Profª Drª Juliane Sant’Ana Bento – Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

S964 Sustentabilidade social e contemporânea [recurso eletrônico] /
Organizadora Solange Aparecida de Souza Monteiro. – Ponta
Grossa (PR): Atena Editora, 2019.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader.

Modo de acesso: World Wide Web.

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-7247-181-7

DOI 10.22533/at.ed.817191303

1. Desenvolvimento sustentável – Brasil. 2. Política ambiental –
Brasil. 3. Responsabilidade ambiental. 4. Sustentabilidade I. Monteiro,
Solange Aparecida de Souza.

CDD 363.7

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de
responsabilidade exclusiva dos autores.

2019

Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos
autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

www.atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações. (Artigo 225 – Constituição da República Federativa do Brasil, 1988)

Este trabalho representa o culminar de um percurso feito de dúvidas e certezas, avanços e recuos, momentos mais alegres e outros menos felizes. O resultado alcançado é fruto do contributo de um conjunto de pessoas e instituições que pretendemos deixar assinalado nesta coletânea.

Atualmente, quando se fala em sustentabilidade somado a desenvolvimento pensa-se em uma equação minimamente complicada, por outro lado grande parte dos consumidores interessa-se cada vez mais pela utilização de produtos ecologicamente corretos, que muitas vezes estão disponíveis a um preço elevado nas prateleiras. Pensando nesse contexto, essa coletânea visa desenvolver através da pesquisa uma análise com duas frentes, onde na primeira abriu-se espaço para a seguinte questão: na atual conjuntura econômica, é possível que as organizações se adaptem a um modelo econômico vigente e respondam as exigências sociais? E, quanto à disponibilização do produto final: As empresas estão dispostas a revisar o processo produtivo da sua mercadoria, tornando-a ecologicamente correta?

As empresas não medem esforços para alcançar o melhor atendimento e satisfação de seus clientes, procurando adaptar-se às novas tendências do mercado. Pode se verificar que boa parte das organizações possuem certificados ISO, prêmios de atuação social, auxílio a entidades sem fins lucrativos, dentre outros, cuja sustentabilidade está inserida.

Muitas organizações, entretanto, não concordam com a visão de extensão de um ambiente socioambiental inserida no meio dos negócios. Mas, as ações do ambiente atingem, de forma diferenciada, todos os tamanhos de empresa e causa a desigualdade de percepção por parte dessas. Mesmo contrárias a esta realidade, as Leis obrigam as empresas a assumir responsabilidades sociais e ambientais, através de projetos de inserção a proteção ao meio ambiente, ações educacionais e filantrópicas. Em mercados como o europeu, a demanda por produtos sustentáveis ou não prejudiciais ao meio ambiente é demasiadamente grande. Tendência esta que está sendo absorvida pelo nosso mercado brasileiro, afinal de contas, qualquer empresa que queira atuar

em âmbito global, necessita respeitar a demanda que está sendo posta pelos consumidores externos.

A sustentabilidade nasce no campo das ciências ambientais e ecológicas, trazendo à discussão, contribuições de diferentes disciplinas, tais como a Sociologia, a Economia, a Filosofia, a Política, a Gestão e o Direito. A questão da sustentabilidade

ambiental ocupa lugar de importância.

O desenvolvimento sustentável é um importante conceito de crescimento, presente no debate político internacional, em especial quando se trata de questões referentes à qualidade ambiental e à distribuição global de uso de recursos. Define-se desenvolvimento sustentável ou sustentabilidade ambiental como a utilização de recursos no presente sem comprometer o uso potencial desses recursos no futuro é mais precisamente, a não redução da capacidade do ecossistema de sustentar o fluxo social e ambiental. O conceito de desenvolvimento sustentável é entendido como o desenvolvimento que acolhe às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade das futuras gerações, de maneira a conciliar as exigências dos defensores do desenvolvimento econômico com as inquietações de setores interessados na conservação dos ecossistemas e da biodiversidade.

A educação ambiental é um importante instrumento no avanço para a conscientização e para a sustentabilidade no Brasil e na crescente aplicação do desenvolvimento humano. E os maiores provedores disso são as escolas e é dentro das escolas públicas que se encontra o cenário estratégico para a formação de consciência ambiental e construção de valores.

É possível despertar o interesse ambiental pela participação em atividades que fogem do tradicional, quando levamos o tema para dentro das escolas, na sala de aula, com aulas práticas, o retorno é mais eficiente principalmente se o aluno não está apenas observando, mas também participando da formação da aula. Durante as atividades diversificadas e desenvolvidas com o grupo, o trabalho constrói uma dinâmica de participação e gera um compromisso ambiental. A ideia é dar o primeiro passo com fazer o trabalho com debates na escola, com enfoque no meio ambiente e educação ambiental. Tornar os alunos participantes em apresentações do tema, promover atividades igualmente participativas, onde toda a comunidade possa ser envolvida dentro do espaço da Escolar. A educação possui papel fundamental na formulação de uma nova mentalidade, e a educação para o consumo é elemento-chave na conscientização da população em relação à sua responsabilidade social na busca do desenvolvimento sustentável do planeta. O futuro da espécie humana e de todas as espécies dependem do equilíbrio do meio ambiente. Sem uma relação harmônica e equilibrada entre o ser humano e a natureza, não há como assegurar a sadia qualidade de vida no presente, e resta comprometida a existência das futuras gerações.

Diante disso, percebe-se a necessidade de se buscar uma nova ética, regida por um sentimento de pertença mútua entre todos os seres. A educação deve passar a adquirir novos significados na construção de uma sociedade sustentável, democrática, participativa e socialmente justa, capaz de exercer efetivamente a solidariedade com as gerações presentes e futuras. E se não chega a ser um sinônimo de solução, a educação é, sem dúvida, o melhor caminho para melhorarmos a nossa sociedade. É preciso abandonar o atual modelo de desenvolvimento, que busca apenas o

crescimento econômico, e buscar um modelo de desenvolvimento que respeite a natureza e utilize de modo racional os recursos naturais. A sustentabilidade não é mero modismo ou uma utopia inalcançável, mas uma necessidade para a sobrevivência do Planeta Terra.

A preservação do meio ambiente para as presentes e futuras gerações depende de uma consciência ecológica, e a formação de uma nova consciência depende em grande parte da educação. É preciso uma educação que possibilite a continuidade da vida na Terra e a educação para o consumo contribui para o desenvolvimento sustentável, ao promover o consumo consciente.

É necessário mudar os hábitos de consumo que causam sérios problemas ambientais e sociais, freando o consumismo e fazendo escolhas que promovam o desenvolvimento sustentável. O consumo deve ser socialmente responsável, para que o consumo de alguns não coloque em perigo o bem-estar dos outros, e sustentável, de modo a não comprometer as opções das futuras gerações.

Nesse processo, o consumidor consciente tem um papel fundamental. Nas suas escolhas cotidianas, seja na forma como consome, seja escolhendo empresas com responsabilidade social, pode ajudar a construir uma sociedade mais sustentável e justa.

Assim, é preciso questionar os valores impostos pela sociedade de consumo, e buscar novos parâmetros para a vida em sociedade. A consciência da necessidade do consumo sustentável é um grande passo no caminho da sustentabilidade, e depende da colaboração e da participação de todos. Nesse contexto, torna-se cada vez mais clara a ideia de que somente com atitudes e procedimentos éticos será possível a construção de uma sociedade mais justa, para o que a educação ambiental tem um papel fundamental.

Solange Aparecida de Souza Monteiro

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
A INDUSTRIALIZAÇÃO DO ÓLEO DE BURITI E SEUS REFLEXOS NA COMUNIDADE SANTO ANTÔNIO DO ABONARI	
Rute Holanda Lopes Kátia Viana Cavalcante Suelânia Cristina Gonzaga de Figueiredo Maria Francisca Silva Bastos Michele Lins Aracaty e Silva Renata de Oliveira Texeira	
DOI 10.22533/at.ed.8171913031	
CAPÍTULO 2	12
ATITUDES CONSCIENTES GERAM AÇÕES POSITIVAS	
Wony Fruhauf Ulsenheimer Eriene Macêdo Moraes Vania Lurdes Cenci Tsukuda Cristiani Carina Negrão Gallois André Ribeiro da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.8171913032	
CAPÍTULO 3	26
PAGAMENTO POR SERVIÇOS AMBIENTAIS (PSA) COMO INSTRUMENTO ECONÔMICO DE INCENTIVO À AGROECOLOGIA	
Iasmim Cardoso Gossenheimer Luciana Turatti	
DOI 10.22533/at.ed.8171913033	
CAPÍTULO 4	41
PESQUISA BIBLIOGRÁFICA SOBRE A GESTÃO SUSTENTÁVEL DA CADEIA DE SUPRIMENTOS: ANÁLISE DE PROPOSTAS PARA MONITORAMENTO DA TRÍADE DA SUSTENTABILIDADE	
Gabriela Benderóvicz Mendes Ribeiro Maria Auxiliadora Cannarozzo Tinoco	
DOI 10.22533/at.ed.8171913034	
CAPÍTULO 5	54
PUNKS X ESTADO: AS VISÕES DA NOVA REPÚBLICA PRESENTES NOS FANZINES (1985-1992)	
Gustavo dos Santos Prado	
DOI 10.22533/at.ed.8171913035	
CAPÍTULO 6	65
RECUPERAÇÃO DE MATA CILIAR: UM OLHAR ENTRE A SUSTENTABILIDADE E A LEGISLAÇÃO AMBIENTAL	
Andrea Almeida Barros,	
DOI 10.22533/at.ed.8171913036	
SOBRE O ORGANIZADOR	81

A INDUSTRIALIZAÇÃO DO ÓLEO DE BURITI E SEUS REFLEXOS NA COMUNIDADE SANTO ANTÔNIO DO ABONARI

Rute Holanda Lopes
Kátia Viana Cavalcante
Suelânia Cristina Gonzaga de Figueiredo
Maria Francisca Silva Bastos
Michele Lins Aracaty e Silva
Renata de Oliveira Texeira

Face à crescente deterioração ambiental provocada pelos processos produtivos atuais, a questão da sustentabilidade vem sendo mantida no centro do debate acadêmico e incorporada em todos os setores da sociedade, sob variadas formas de discursos e práticas, nas pessoas, sociedades, governos e empresas. A discussão em torno desta temática abrange as dimensões sociais, econômicas e ambientais (SACHS, 2003) e perpassam a produção industrial, a legislação ambiental governamental e o comércio internacional, ressaltando a complexidade e o caráter sistêmico que as entrelaçam.

A partir da globalização da economia, a sobrecarga ambiental majorou-se com o aumento da exploração dos recursos naturais e conseqüentemente elevação do descarte dos produtos considerados obsoletos, que resulta do que Latouche (2009) denominou de “pilares da sociedade consumista” ou “trio infalível”: a publicidade, o crédito e a obsolescência

programada. O avanço tecnológico e seus impactos mostram-se praticamente ilimitados e afetaram a vida das pessoas independente da diversidade étnica, cultural ou geográfica.

Com o despertar da consciência ambiental, iniciou-se um processo de mudança no comportamento do consumidor que passa a exigir das empresas produtoras e vendedoras posturas de respeito e até mesmo de defesa ao meio ambiente, incluindo a prática da coleta ou produção de matéria prima, as populações envolvidas, os processos de industrialização, distribuição, comercialização e, mais recentemente, o de descarte. Como resposta a esta tendência, a indústria de produtos cosméticos reagiu rapidamente. Já na década de 1970, surgem as primeiras empresas produtoras de cosméticos de base natural, que se utilizaram de matérias-primas e de temas que envolvem a questão da sustentabilidade ambiental como diferencial competitivo ou como apelo de mercado.

A transformação de produtos resultantes de atividades extrativistas em mercadorias e a inserção dessas na economia capitalista globalizada é o elemento novo. Essas populações humanas têm um ritmo de vida próprio, baseado nos ciclos da natureza, relacionam-se com mercados locais, com

atravessadores ou, ainda, recebem suporte da administração pública para que seus produtos sejam vendidos nos centros urbanos regionais. Inserir-los em um mercado global com demandas complexas, exigências de prazos, volume e especificações técnicas quanto à qualidade e homogeneidade do produto, causa mudanças na dinâmica social e produtiva destas comunidades.

Na comunidade Santo Antônio do Abonari, o buriti (*mauritia flexuosa*) é um produto endógeno, uma vez que é nativo da região amazônica, nasce de forma espontânea em áreas alagadiças na floresta e em seu entorno. Os produtos extraídos desta planta são consumidos pela população local, como alimento, no artesanato e na construção de moradias. Neste contexto, o exógeno são as tecnologias introduzidas para o processamento e beneficiamento do buriti e a interligação da comunidade com o mercado globalizado ocorrida nas relações estabelecidas nas transações comerciais deste produto. Desta forma, o trabalho empreendido objetivou: Analisar a sustentabilidade da atividade de produção de óleo de buriti na comunidade Santo Antônio do Abonari, no Município de Presidente Figueiredo, no Estado do Amazonas.

2 | REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Extrativismo como base produtiva

Embora, a importância econômica do extrativismo tenha alternado ao com o passar do tempo, esta se manteve nas diversas etapas do desenvolvimento humano e econômico da Amazônia, seja como atividade principal ou secundária. O extrativismo vegetal e animal constituem importante atividade econômica para o interior do Amazonas. Para Witkoski (2010), a coleta significativa da biodiversidade acaba por sustentar a própria vida do camponês e de sua família, ocupando um lugar relevante como atividade em si e na articulação com o sistema agro florestal.

No entanto, quando se trata do extrativismo para a indústria esta opção econômica deve ser considerada com cautela e políticas públicas devem ser aplicadas para garantir o bem-estar do extrativista, uma coleta balanceada e a conservação da biodiversidade, uma vez que quando esta atividade ocorre livremente tende ao esgotamento dos recursos. Almeida et al. (2004) considera que espécies que costumam ser caçadas ou colhidas por serem humanos têm maiores possibilidades de serem extintas.

Outro fator ao ser considerado quanto ao extrativismo é o progresso tecnológico e conseqüentemente as tecnologias utilizadas, uma vez que estas podem garantir a sustentabilidade da atividade extrativista. Rego (1999) ressalta que a revolução tecnológica aponta novas opções de uso e valorização econômica para os recursos biológicos das florestas tropicais úmidas. O novo modelo precisa ser repensado e coerente com as peculiaridades naturais daquele ambiente, organizado na forma da

produção familiar.

2.2 Sustentabilidade de processos produtivos

A sustentabilidade de um determinado processo produtivo, de uma comunidade ou região, dependerá de fatores únicos, inter-relacionados e com valores econômicos, sociais e ambientais distintos para cada cultura ou sociedade relacionados ao recurso em questão. Sachs (2002) coloca que uma boa combinação de recursos ambientais abundantes e baratos, força de trabalho qualificada e conhecimento moderno resultam em uma vantagem comparativa inigualável, contradizendo o pensamento de que os recursos ambientais perderam sua importância diante dos recursos e do conhecimento da era industrial. Desta forma, o extrativista insere-se na economia global pelas vantagens e atratividade dos produtos, mas precisa lidar com empresas de grande porte, que atendem a um público exigente e diferenciado. Ele é o elo inicial de uma cadeia produtiva e isso modifica toda a sua experiência e vivência, ligando o mundo rural ao urbano, misturando conceitos, alterando o lugar e o espaço onde vive esse produtor.

O interesse em se manter ou explorar um recurso ambiental poderá impulsionar ou desestimular determinada atividade econômica, portanto, deve-se entender não apenas o mercado ou o processo produtivo, mas também as relações sociais ambientais que envolvem a atividade a ser implantada. Para Enriquez (2008) no estado do Amazonas, a categoria “Produtos da Biodiversidade” foi apropriada a partir do grande interesse expresso pelo aumento da demanda por produtos da biodiversidade, o que resultou em políticas públicas de fomento para atividades de apoio.

O entendimento e a aplicação do conceito e de práticas sustentáveis envolve mais que a manutenção dos recursos ambientais. Inclui a melhoria da qualidade de vida, não pelo desenvolvimento tecnológico simplesmente ou pela urbanização das sociedades, mas pela inclusão das populações humanas, das regiões, dos países no processo de desenvolvimento sem necessariamente forçar-lhes a mudar suas práticas, seus costumes e valores culturais. Sachs (2002) observa que o objetivo deveria ser o do estabelecimento de um aproveitamento racional e ecologicamente sustentável da natureza em benefício das populações locais, tendo como estratégia incorporar a preocupação com a conservação da biodiversidade aos interesses destas populações.

3 | METODOLOGIA DA PESQUISA

Apoiando-se em Sachs (2002) tem-se que o estudo da sustentabilidade deve ter três pilares básicos que são o social, o econômico e o ambiental. Portanto, em um estudo sobre questões permeadas por essa temática, deve utilizar ferramentas que sejam capazes de capturar observações sob estas três óticas nas fases distintas da pesquisa como apresentado e detalhado na Figura 1.

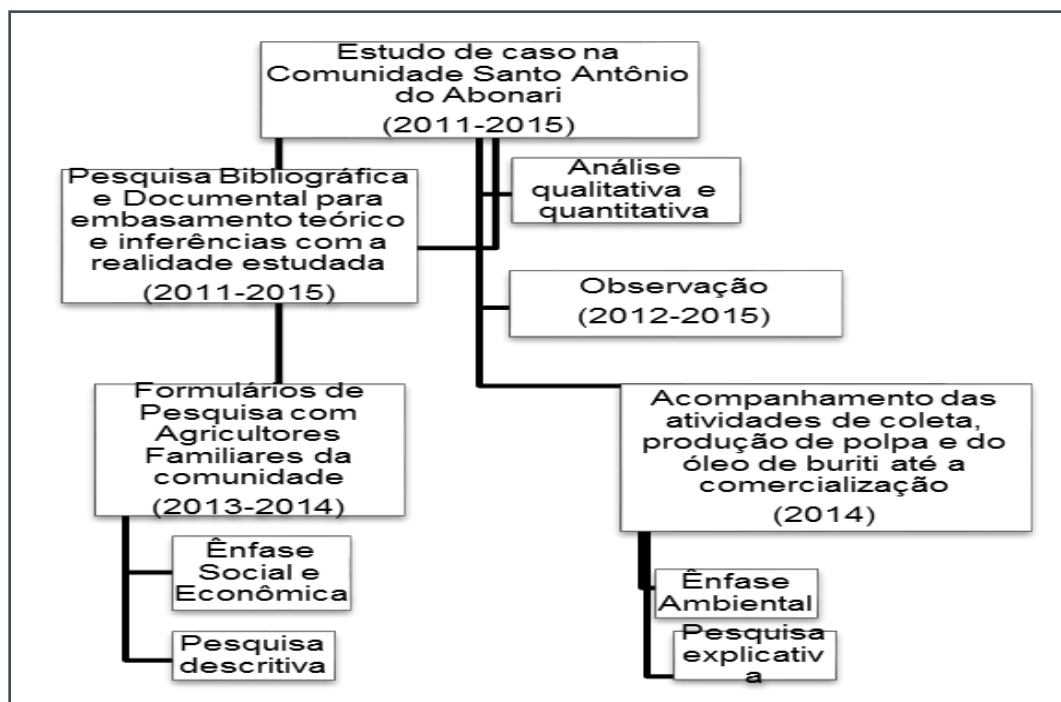


Figura 1: Organograma das atividades executadas. Período: 2011-2015

Fonte: Elaborado pela autora, 2015.

Desta forma, esta pesquisa caracterizou-se como Estudo de Caso tendo como objeto de estudo a inserção da produção de óleo de buriti na Comunidade Santo Antônio do Abonari, onde se buscou analisá-la de forma sistêmica e complexa, com um olhar holístico dentro da realidade em que se insere. Yin (2010) coloca o estudo de caso como uma investigação empírica que se aplica ao estudo de um fenômeno contemporâneo em profundidade e em seu contexto de vida real, o que se coaduna a este caso.

Foi realizado um estudo da bibliografia existente com o intuito de conhecer o debate acadêmico sobre a temática e contrapô-lo à realidade estudada. As principais fontes de pesquisa foram livros, teses, dissertações, revistas indexadas, artigos científicos, entre outros. Em complemento à pesquisa bibliográfica, realizou-se a pesquisa de campo para coleta de dados relacionados ao estudo de caso.

Na pesquisa de campo, **as técnicas de observação** (participativa ou não participante) e **a entrevista** foram instrumentos primordiais em todas as fases de busca de informações complementares para uma maior compreensão da realidade estudada, com a interação direta com os agricultores familiares .

Todas as atividades da coleta, produção da polpa e do óleo de buriti foram acompanhadas, observadas, registradas e as informações sistematizadas em diários de campo de modo a servir de banco de dados para as análises de cada um destes processos.

A **natureza da pesquisa foi qualitativa**, uma vez que buscou entender a realidade estudada, suas manifestações e relações intrínsecas, de modo a identificar dentro da complexidade desta problemática, as interações sociais, econômicas e ambientais que foram desencadeadas a partir da inserção da atividade de produção

do óleo de buriti. Neste sentido, Minayo (2006) coloca que qualquer investigação social deveria contemplar o aspecto qualitativo, uma vez que o objeto das ciências sociais, o sujeito do estudo é complexo, contraditório, inacabado e em permanente transformação.

4 | RESULTADO E DISCUSSÕES

A Comunidade Santo Antônio do Abonari, em Presidente Figueiredo – AM, a Abonari caracteriza-se como uma área de produção rural com tamanhos que variam de 25 ha a 50 ha, na qual se praticam a pluriatividade agrícola e familiar. A produção de buriti nesta Comunidade sempre foi expressiva e destacou-se no município de Presidente Figueiredo. No entanto, este fruto tradicionalmente tinha como destino principal consumo interno, as fábricas de sorvete e feiras da capital Manaus. Desde 1992 a comunidade já trabalhava com a venda do buriti, quando comercializava em média de 1.000 (mil) sacas de 50 quilos de buriti *in natura* por safra.

Em 2002 (Figura 2), a empresa C, localizada no Polo Industrial de Manaus, estava em busca de uma localidade onde a produção de buriti fosse abundante para suprir sua demanda por óleo de buriti e atender a clientes produtores de cosméticos. Durante visita à Secretária de Ação Comunitária de Presidente Figueiredo recebeu a indicação da comunidade Santo Antônio do Abonari como maior fornecedora do fruto no município. E assim a comunidade foi identificada como produtora potencial.

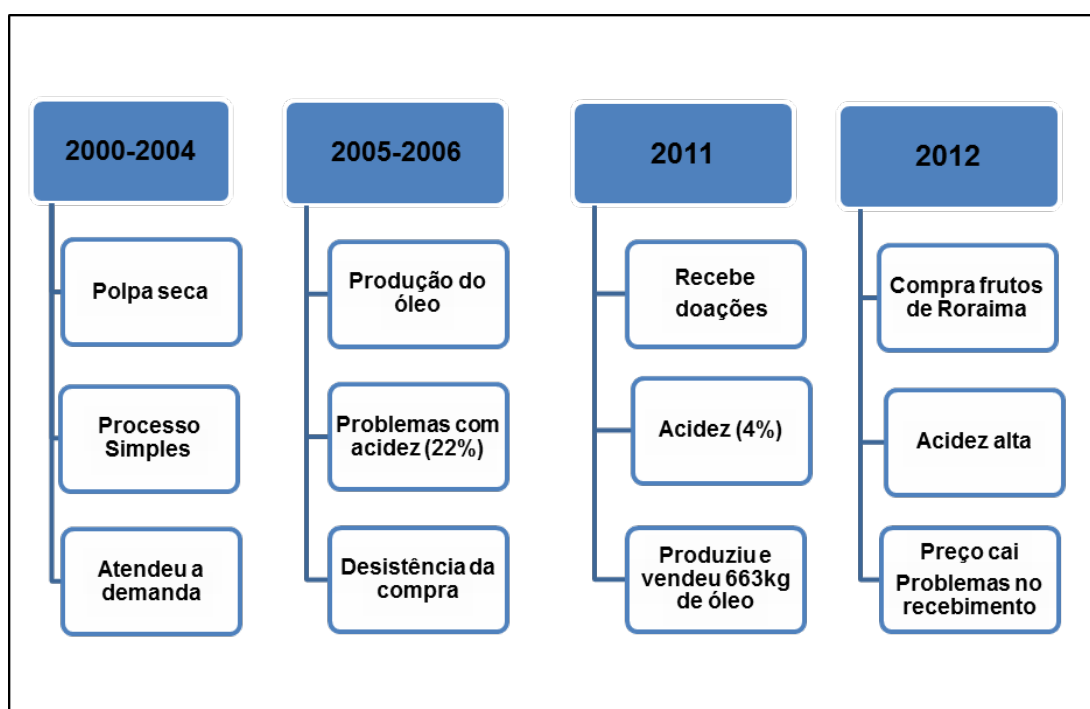


Figura 2: Sequência dos processos produtivos desenvolvidos na miniusina da Associação ABORITI.

Fonte: Elaborado pela autora, 2015.

No início da operacionalização das atividades, a empresa buscou uma parceria

para o fornecimento de polpa seca, um processo artesanal muito simples que rapidamente foi assimilado pela comunidade. Nos anos de 2002 e 2003, o processo consistia na colheita dos frutos, retirada da polpa e secagem ao sol em lonas. No terceiro ano em 2004, o processo produtivo teve um incremento, passou-se a exigir que a polpa seca fosse peneirada antes da entrega para retirada da casca e demais resíduos.

O projeto começou a desenvolver-se e outras parcerias foram surgindo e auxiliando em sua execução do mesmo. Em 2005, foi necessário montar uma estrutura que possibilitasse a extração do óleo do buriti e a capacitação dos comunitários para operar as máquinas. O CDH - Conselho de Desenvolvimento Humano do Estado do Amazonas com recursos do FDH - Fundo de Desenvolvimento Humano do Estado do Amazonas financiou R\$ 82.000,00 (oitenta e dois mil reais) a fundo perdido, que foram utilizados para a compra dos maquinários e de equipamentos. No ano de 2005, houve ainda a Certificação SmartWood.

Os problemas iniciam-se a partir de 2006, quando a produção de polpa é substituída pela de óleo de buriti. Nesta fase, embora inicialmente, tenha havido um grande engajamento pelos órgãos municipais e estaduais e a Associação tenha sido certificada ambientalmente pela SMARTWOOD, também as máquinas tenham sido instaladas e ainda a empresa C tenha acompanhado todo o processo, muitos aspectos foram ignorados. Este foi o contexto geral que levou a interrupção da atividade, em 2007, conseqüentemente, resultando na perda de todo esforço empreendido.

Neste momento, a comunidade formada por agricultores familiares realizou sua primeira produção industrial. Eles nunca tinham fornecido ou se relacionado com indústrias especializadas. A maioria deles não possuía o ensino fundamental ou conhecimento das dinâmicas industriais e não estavam preparados para o contato com o mercado competitivo que exige normas de qualidade e especificações técnicas quanto ao produto a ser entregue.

Após a produção dos 350 quilos de óleo solicitados pela empresa C, o Sr. J. D., diretor da empresa, levou uma química para analisar o óleo produzido, o que causou surpresa aos comunitários. A mesma constatou uma acidez de 22% no produto, levando a empresa à desistência da compra, uma vez que a acidez máxima aceita pela empresa seria de 10%.

Desta forma, a empresa C inviabilizou todo o processo, faltou com comprometimento e responsabilidade social. A comunidade foi abandonada com toda a produção e seus compromissos para com os comunitários que se envolveram no processo produtivo. Esta atitude causou espanto e indignação na comunidade que não aceitou este posicionamento. Iniciou-se assim, o processo de rompimento do vínculo na parceria Empresa C - Abonari e de desmotivação dos comunitários em participar do projeto.

Neste processo de inserção da comunidade Santo Antônio do Abonari, observa-se um despreparo e um desconhecimento dos gestores da empresa C quanto a este

tipo de projeto, considerando que uma empresa transforma agricultores familiares em seus fornecedores. É preciso reconhecer o fato destas comunidades de agricultores necessitarem de legislação para sua proteção e da biodiversidade envolvida nos processos produtivos. E mais, necessitam de assessoramento técnico participativo para não ocorrerem problemas quanto a prazo e qualidade. Devem também, estarem amparados por contratos justos de acordo com a legislação vigente. Para incluir estas sociedades em suas cadeias produtivas, as empresas precisam se conscientizar sobre a responsabilidade social e a ética necessária para gerir estas relações.

Após a quebra do acordo verbal, a Associação precisou recorrer aos órgãos públicos para recuperação de parte do trabalho aplicado e para garantir que recebimento do valor prometido fosse pago pela empresa. O restante a ser recebido foi doado pela Prefeitura Municipal para pagamento das despesas realizadas durante a produção. Após esta ocorrência, os comunitários encerram a atividade por quatro anos.

Somente em 2011, quando o Sr. J.G. torna-se presidente da comunidade e busca parcerias, reinicia-se o processo de reativação da produção de óleo de buriti. Neste estágio, precisaram buscar novos consumidores e o processo se modificou. Contaram com o apoio e incentivo de um professor e pesquisador da Universidade Federal do Amazonas que havia participado da implantação da miniusina, e de um candidato a prefeito de Presidente Figueiredo, ambos tornaram-se fundamentais para a ligação entre a comunidade e o mercado comprador, fornecendo inclusive aporte financeiro para o capital de giro inicial, no montante de R\$ 20.000,00.

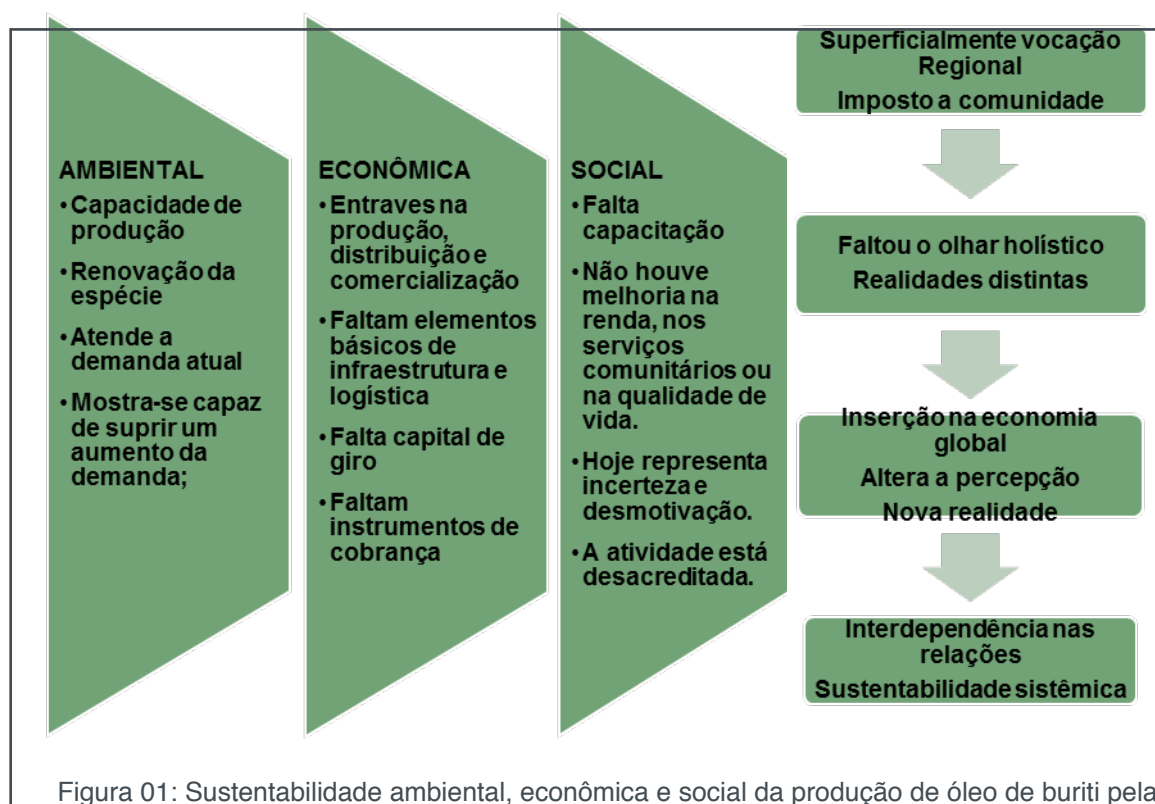
Com este novo impulso, a Associação se reorganizou e retomou a produção, cuja soma foi de 663 quilogramas de óleo com uma acidez de 4,41%. Isso demonstra que a Associação com capital de giro, capacitação dos agricultores associados e acompanhamento está apta a produzir o óleo com a qualidade necessária. Toda a produção foi vendida, o empréstimo de R\$ 5.000,00 ao professor foi pago e o saldo líquido foi positivo em, aproximadamente, R\$ 12.000,00 (doze mil reais). No entanto, não conseguiram saldar o empréstimo de R\$ 15.000,00 com o candidato a prefeito. Como agravante, naquele exercício foram apresentadas duas prestações de contas: em uma os custos totalizaram R\$ 20.216,30 e em outra totalizou R\$ 26.462,30. Em nenhum dos casos os valores aferidos com a venda seriam suficientes para cobrir os custos de produção e a quitação do empréstimo.

Na safra de 2012, o óleo produzido não pode ser comercializado pelo preço de mercado, pois no período de entressafra a comunidade comprou buriti de comunidades do Estado de Roraima e pela demora na entrega, houve aumento da acidez no produto final. O óleo de buriti foi vendido para uma empresa sediada no estado do Pará, este foi enviado pelo porto de Manaus e o montante total auferido pela Associação foi R\$ 8.700,00 (oito mil e setecentos reais). Na transação ocorreram problemas de comunicação, os associados afirmam que a empresa agiu de má fé, pois quando recebeu a remessa, negou-se a realizar o pagamento. Após um período de negociações a empresa propôs um pagamento em prestações de R\$ 500,00, o que

levou todo o ano de 2014 para integralizar a soma total da dívida.

Com isto, pode-se verificar mais uma vez as fragilidades da Associação frente a um mercado competitivo, com empresas em cidades distantes e sem ferramentas eficientes de controle e de cobrança resultou em comprometimento financeiro e, conseqüentemente, em falta de recursos disponíveis para prosseguir com as atividades. Mais uma vez, as empresas compradoras comportaram-se dentro da lógica de mercado, que busca a otimização dos resultados financeiros, e fora dos padrões éticos, pois quebraram acordos comerciais verbais e aproveitaram-se do isolamento e dificuldade de acesso a instrumentos de cobrança por parte dos agricultores fornecedores para adiar pagamentos e a beneficiar-se indevidamente da situação.

Para se avaliar a sustentabilidade de determinada atividade não basta analisar-se apenas os impactos ambientais e/ou a capacidade de suporte e regeneração do sistema, a viabilidade econômica ou ainda retorno social. É necessário que esta possa se manter e reproduzir de forma contínua e equilibrada ao longo tempo, estes aspectos quanto a produção de óleo de buriti na Comunidade Santo Antônio do Abonari são apresentados na Figura 03.



Fonte: Elaborado pela autora, 2015.

Desta forma, observa-se que quanto à sustentabilidade ambiental, se considerarmos a capacidade produtiva dos buritizeiros, constata-se que capacidade de coleta dos associados, frente à quantidade de buritis da região é muito pequena, não representa potencial impacto à regeneração da espécie (SMARTWOOD, 2005).

Em relação à viabilidade econômica da produção de óleo de buriti na Comunidade

Santo Antônio de Abonari para fins comerciais foram observadas entraves na produção, distribuição e comercialização do óleo de buriti. Para que o processo produtivo de óleo para comercialização tenha continuidade há necessidade de mais capital para financiar o pagamento dos funcionários, o transporte da produção e até mesmo para compra de matéria-prima. A viabilidade econômica somente poderá ser verificada quando houver a capacidade de pagamento de todos os custos, remuneração do capital investido e, ainda, garantir uma margem de lucro.

Constatou-se que faltam elementos básicos de infraestrutura e logística para a produção e comercialização do produto. Não há na comunidade nenhum meio de comunicação confiável, portanto um dos problemas graves é o isolamento. Desta forma, a comunicação com as empresas compradoras torna-se praticamente impossível e deixa a associação dependente de terceiros que vivem fora da comunidade para negociar a sua produção.

Dentre os fatores a serem considerados, a capacidade de gestão é outro fator preocupante. As decisões e prestações de contas simples são dominadas por alguns associados, mas quando ocorre alguma complexidade, como negociações de prazos e principalmente a resolução de conflitos internos, percebe-se deficiências que podem gerar problemas à produção e comercialização do óleo de buriti e principalmente a harmonia social da comunidade. A falta de controle sobre os gastos e a dificuldade de comercialização do produto levaram ao esgotamento do capital de giro, deixando a associação sem condições de reiniciar as atividades na safra seguinte.

Os ganhos que poderiam fomentar o crescimento de outras atividades como pequenos comércios ou prestação de serviços não se realizaram. A qualificação profissional mínima nestes casos não aconteceu como deveria, por falta de oferta de cursos solicitados pela comunidade como o de contabilidade básica e controladoria financeira ou ainda por falta de quórum em cursos ofertados pela prefeitura do município.

A produção de óleo de buriti na comunidade Santo Antônio do Abonari, em um olhar superficial pode ser considerada como uma vocação regional, como fator de desenvolvimento endógeno. No entanto, ao se analisar mais profundamente, observa-se que, tradicionalmente, a comunidade já se relacionava com as indústrias de sorvete da cidade de Manaus, as quais consegue acessar facilmente e manter um relacionamento até os dias atuais. Ao contrário do que ocorria com a indústria de cosméticos, visto que esta se encontra muito distante da comunidade.

A identificação da comunidade, a inserção da atividade não foi algo que surgiu de um anseio ou necessidade desta população, mas veio para atender a uma necessidade de matéria-prima da indústria, de uma empresa específica. A busca pelo apelo da sustentabilidade levou a necessidade do emprego de materiais naturais, sem agressão à natureza e com o discurso de melhoria de vida das populações que foi aplicado neste caso, mas não se buscou entender a necessidade destas pessoas, não se pensou nos impactos que teria sobre suas vidas ou de buscar-se por formas que

pu dessem oferecer um benefício permanente e sustentável.

A introdução de uma comunidade rural na cadeia produtiva de uma grande e competitiva indústria, como a de cosméticos deve ser pensada de forma holística e sistêmica. Holística, porque é necessário pensar na comunidade ao se relacionar com o todo, ou seja, com a indústria competitiva global e como esta indústria vai se relacionar com a comunidade. Como estas vão formar um mesmo sistema, mesmo vivendo realidades tão distintas.

O caráter sistêmico da sustentabilidade é algo que quando percebido pelas sociedades aumenta a sinergia entre as ações governamentais, institucionais e sociais. O entendimento da interdependência e da fragilidade dos organismos individuais dentro das variações de seu ecossistema mostra-se essencial para a mudança de comportamento e quebra de paradigmas sociais.

CONCLUSÕES

A inclusão de comunidades amazônicas na cadeia produtiva de produtos industrializados costuma ser defendida como opção de desenvolvimento sustentável para estas comunidades e para melhoria do processo produtivo como um todo pela redução de bases químicas e do uso de fontes de matérias-primas ecológicas. No entanto, a experiência mostra que, em muitos casos, a atividade é iniciada e posteriormente abandonada pelas empresas prospectoras.

A ideia de utilizar os potenciais ou vocações regionais como diferenciais competitivos para o desenvolvimento regional, no caso da Comunidade Santo Antônio do Abonari não vislumbrou as dificuldades em se atender às especificidades técnicas de indústrias globais em uma localidade distante dos grandes centros, com pouca infraestrutura e mão de obra não especializada para a produção e relacionamento com o mercados, este contexto levou ao rompimento e estagnação da atividade.

Depreende-se, portanto, que as empresas precisam buscar formas de relacionar-se com estas comunidades, oferecendo não apenas máquinas e equipamentos, mas capacitação técnica, administrativa e financeira, acompanhando o processo nas fases iniciais, de forma a criar um vínculo com a comunidade, uma relação de confiança que permita a interação e a troca de experiências e conhecimentos para que quando surgirem os entraves ou dificuldades possam ser resolvidos em parceria, reduzindo as diferenças entre a lógica do agricultor familiar e a cultura organizacional do mundo empresarial.

A partir do estudo de caso da Comunidade Santo Antônio do Abonari, constatou-se que a inserção de uma comunidade de agricultores familiares na economia global, precisa ser planejada por meio de um estudo profundo que envolva uma equipe multidisciplinar para a avaliação inicial e o acompanhamento durante os primeiros ciclos produtivos para que as populações locais possam assimilar os conhecimentos e a práticas de manejo, produção e armazenamento para garantir a qualidade dentro

das especificações técnicas de cada produto e condições de manutenção da atividade por boas práticas de gestão e controle financeiro.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Josimar R., *et al. Políticas e Planejamento Ambiental*. 3 ed. Rio de Janeiro: Thex Ed., 2004.

ENRIQUEZ, G.E.V., *Desafios da sustentabilidade na Amazônia: Biodiversidade, cadeias produtivas e comunidades extrativas integradas*. Tese de doutorado. 460 p. Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília, Brasília, 2008.

LATOUCHE, S. *La apuesta por el decrecimiento ¿cómo salir del imaginario dominante?* Barcelona: Icaria, 2009.

MINAYO, M.C.S. *O desafio do conhecimento*. São Paulo: Editora Hucitec, 9a. ed. revista e aprimorada, 2006.

REGO, J. F. do. *Amazônia: do extrativismo ao neoextrativismo*. Ciência Hoje, Rio de Janeiro, v. 25, n.147, p. 62-65, mar. 1999.

SACHS, I. *Caminhos para o desenvolvimento sustentável*. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.

SACHS, . *Inclusão social pelo trabalho: desenvolvimento humano, trabalho decente e o futuro dos empreendedores de pequeno porte*. Rio de Janeiro: Garamond, 2003.

SMARTWOOD. *Programa SmartWood e Imaflores - Relatório de Auditoria Anual de MF - Abonari*. Certificado no: SW-FM/COC-NTFP1536. Data da Certificação: 9 de junho, 2005.

WITIKOSKI, A. C. *Terras, florestas e águas de trabalho: os camponeses amazônicos e as formas de uso de seus recursos naturais*. 2 ed. São Paulo: Annablume, 2010.

YIN, R. K. *Estudo de caso: planejamento e métodos*. 4. ed. Porto Alegre: Bookman, 2010.

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-181-7

